

HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 27.373.249/0001-07

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço Patrimonial				Controladora			Consolidado		
				2018	2017	2018			
Ativo									
Circulante				1.286	18.397	13.018			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)				119	18	9.036			
Títulos a receber (Nota 7)				-	17.940	-			
Adiantamento a fornecedores				-	-	380			
Despesas antecipadas (Nota 8)				4	-	2.367			
Outros créditos (Nota 9)				1.163	439	1.235			
Não circulante				68.209	750	58.252			
Realizável a longo prazo									
Outros créditos (Nota 9)				13	750	13			
Investimentos (Nota 10)				68.164	-	-			
Imobilizado (Nota 11)				32	-	35.787			
Intangível (Nota 12)				-	-	22.452			
Total do ativo				<u>69.495</u>	<u>19.147</u>	<u>71.270</u>			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total		
Integralização do capital				1.338	-	-		1.338	
Reserva de capital				-	18.000	-		18.000	
Prejuízo do exercício				-	-	(211)		(211)	
Em 31 de dezembro de 2017				<u>1.338</u>	<u>18.000</u>	<u>(211)</u>		<u>19.127</u>	
Aumento de capital (Nota 15)				15.662	-	-		15.662	
Reserva de capital (Nota 15)				-	31.886	-		31.886	
Prejuízo do exercício				-	-	(4.397)		(4.397)	
Em 31 de dezembro de 2018				<u>17.000</u>	<u>49.886</u>	<u>(4.608)</u>		<u>62.278</u>	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Seção A - Informações gerais: 1. Contexto operacional: A HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23/03/2017.

A Companhia tem por objetivo: holdings de instituições não financeiras. A Companhia antes denominada N.G.S.P. Empreendimentos e Participações S.A. altera em dezembro de 2017, através de Ata Geral Extraordinária, a sua razão social para HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. Em 19/03/2018, a Companhia adquiriu 100% da Esmeralda Energias Renováveis S.A., com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva - CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 23/02/2018 para a venda de energia elétrica referente à usina solar fotovoltaica Esmeralda, localizada em Agrestina, Pernambuco. A UFV Esmeralda tem garantia física de 6,2 MWmédio e potência total de 30MW. Em 25/10/2018, a Companhia adquiriu 100% da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A., com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva - CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 27/04/2017 para a venda de energia elétrica referente à usina solar fotovoltaica OH Sobrado, localizada em Casa Nova, Bahia. A UFV OH Sobrado tem garantia física de 7,8 MWmédio e potência total de 30MW. Com a aquisição da participação societária e controle da Esmeralda e da OH Sobrado em 2018, a Companhia passa a elaborar demonstrações financeiras consolidadas. Em 31/12/2018, a Companhia apresenta um capital circulante negativo de R\$ 5.931. O efeito é decorrente dos valores a pagar referente a aquisição das investidas. Com início das operações de teste da Esmeralda em março de 2019 e efetiva operação comercial no segundo semestre de 2019 e com o início da fase de testes da OH Sobrado prevista para novembro de 2019 e posterior entrada em operação de forma evolutiva, o Grupo espera, com base no plano de negócios aprovado pelos órgãos de governança, já a partir do próximo exercício, reverter os resultados negativos. As receitas contratuais, liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, fluirão de forma regular para as investidas, garantindo fluxos de caixa futuros os quais serão alocados na manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 18/09/2019.

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 21. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. 2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º/01/2018: (a) CPC 48 - Instrumentos Financeiros: O Grupo adotou, a partir de 1º/01/2018, o CPC 48 e passou a classificar seus ativos financeiros sob as categorias de mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. No que se refere ao novo modelo de impairment para ativos financeiros, a administração não identificou impactos na mudança de perdas incorridas para perdas esperadas. Seção B - Riscos: 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(i) Vida útil econômica de ativos não financeiros: Conforme o OCP 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem. 4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro: A implementação de gestão de riscos será contínua, sempre com o objetivo de auxiliar o acompanhamento e o cumprimento das suas metas, e garantir sua liquidez financeira. Na estrutura de governança, o Diretor do Grupo, o Comitê administrativo e os Controladores acompanharão a execução das operações e definirão em conjunto as metas da Companhia e suas controladas. Segue o mapeamento dos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir: a. Riscos operacionais: relacionados à eficiência operacional dos ativos e disponibilidade dos sistemas. Plano de Ação: A Companhia e suas controladas mantêm em todos os seus empreendimentos o gerenciamento diário da operação e manutenção dos mesmos. b. Risco de liquidez: relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras. O cumprimento das obrigações junto aos fornecedores e cliente, possuem garantia ativa e capital próprio, e o financiamento do empreendimento junto ao banco encontra-se em fase de liberação, valor suficiente para quitação de todas as obrigações. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31/12/2018 e 2017:

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31/12/2018				
Fornecedores	20	-	-	-
Outras contas a pagar	7.190	-	-	-
Consolidado				
Menos de um ano				
Entre um e dois anos				
Entre dois e cinco anos				
Acima de cinco anos				
Em 31/12/2018				
Fornecedores	1.521	-	-	-
Outras contas a pagar	7.190	-	-	-

c. Risco regulatório: As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da

Balço Patrimonial				Controladora			Consolidado		
				2018	2017	2018			
Passivo									
Circulante				7.217	20	8.992			
Fornecedores (Nota 13)				20	-	1.521			
Salários e encargos sociais				2	-	51			
Obrigações tributárias				5	20	230			
Outras contas a pagar (Nota 14)				7.190	-	7.190			
Total do passivo				7.217	20	8.992			
Patrimônio líquido (Nota 15)				62.278	19.127	62.278			
Capital social				17.000	1.338	17.000			
Reserva de capital				49.886	18.000	49.886			
Prejuízos acumulados				(4.608)	(211)	(4.608)			
Total do passivo e do patrimônio líquido				<u>69.495</u>	<u>19.147</u>	<u>71.270</u>			

Companhia e suas controladas. 4.2 Gestão de capital: O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios do Grupo. O Grupo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia e suas controladas pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Em 31/12/2018 e 2017, não houve a emissão de notas promissórias bem como operações com derivativos. Estimativa do valor justo: A Companhia e suas controladas não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixas e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Seção C - Notas explicativas relevantes selecionadas: 5. Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2018
Ativos				
Ativos ao custo amortizado				
Empréstimos e recebíveis				
Ativos ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	119	18	9.036	
Títulos a receber	-	17.940	-	
Outros créditos	1.176	1.189	1.248	
Total	<u>1.295</u>	<u>19.147</u>	<u>10.284</u>	
	Controladora	Consolidado		
	2018	2018		
Passivos ao custo amortizado				
Passivos ao custo amortizado				
Fornecedores	20	1.521		
Outras contas a pagar	7.190	7.190		
Total	<u>7.210</u>	<u>8.711</u>		

O caixa e equivalentes de caixa e as contas a pagar são classificados como ao custo amortizado (2017 - "Empréstimos e recebíveis" e "Outros passivos financeiros", respectivamente). A Nota 2.1 contém explicações sobre o impacto da alteração na política contábil, após a adoção do CPC 48, em relação à classificação de ativos financeiros. Políticas contábeis anteriores: Os investimentos classificados em anos anteriores como empréstimos e recebíveis (e consequentemente mensurados ao custo amortizado) foram reclassificados para ativos financeiros ao custo amortizado na adoção do CPC 48. 6. Caixa e equivalentes de caixa: Controladora Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2018
Caixa	2	-	9	
Bancos conta movimento (i)	117	18	1.827	
Aplicações financeiras (ii)	-	-	7.200	
Total	<u>119</u>	<u>18</u>	<u>9.036</u>	

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) As aplicações financeiras são referentes a Fundos de Investimento CONTAMAX mantido junto ao Banco Santander, indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação do Banco Santander de curto prazo em 2018 é de 10% a 100%, variando de acordo com o tipo de aplicação. 7. Títulos a receber: Controladora 2018 2017

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2018
Nota promissória (i)	-	17.940	-	
	-	-	17.940	
(i) Refere-se à cessão de direito de créditos por nota promissória com a Companhia Energybras Energias Renováveis Ltda., conforme contrato firmado em 14/08/2017. Em 24/07/2018, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Esmeralda Energias Renováveis S.A. Em 2018, a nota promissória foi devolvida no momento da aquisição da Esmeralda pela HS Solar. 8. Despesas antecipadas: Controladora Consolidado	2018	2017	2018	
Custo de transação a apropriar (i)	-	-	2.367	
Seguros	4	-	-	
Total	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>2.367</u>	

10. Investimentos: (a) Composição do saldo de investimentos:

	Informação das investidas em 31/12/2018					2018	
	Total do ativo	Total do passivo	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial (i)	Investimentos
Esmeralda Energias Renováveis S.A.	34.870	525	(1.264)	34.345	100%	(835)	40.614
OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.	12.617	1.250	(2.470)	11.367	100%	(2.333)	27.550
Total	<u>47.487</u>	<u>1.775</u>	<u>(3.734)</u>	<u>45.712</u>		<u>(3.168)</u>	<u>68.164</u>

(i) Calculada com base no resultado do período após a aquisição do controle, sendo a Esmeralda a partir de abril e a OH Sobrado a partir de novembro.

(b) Movimentação dos investimentos:

	Esmeralda			OH Sobrado			Total				
	Saldo em 31/12/2017	Aquisição de participação (i)	Aumento de capital (ii)	Equivalência patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Aquisição de participação (i)	Aumento de capital (ii)	Equivalência patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	25.828	15.248	41.076	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	3.650	3.650	(835)	(2.333)	(3.168)	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	15.621	10.985	26.606	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>40.614</u>	<u>27.550</u>	<u>68.164</u>	-	-	-	-	-	-	-	-
(i) Conforme mencionado na Nota 1, durante 2018, a Companhia adquiriu 100% da participação societária na Esmeralda Energias Renováveis S.A. e na OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A., com o objetivo de obter o Contrato de Energia de Reserva - CER firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para a venda de energia elétrica referente às usinas solares fotovoltaicas Esmeralda e OH Sobrado. Por se tratar de compra de ativo, o valor inicial dos investimentos foi calculado com base nos livros contábeis das Companhias. (ii) Durante os meses de outubro a dezembro de 2018 foram efetuados aportes de capital na OH Sobrado, totalizando o montante de R\$ 3.650. (iii) Entre os meses de outubro e novembro foram efetuados adiantamento para futuro aumento de capital da Esmeralda no montante total de R\$ 15.621. Os foram integralizados conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/01/2019. No mês de outubro, foram efetuados adiantamentos para futuro aumento de capital da OH Sobrado, no montante de R\$ 10.985. Esses valores foram integralizados, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/04/2019. 11. Imobilizado: Consolidado	31/12/2017	Adi- 31/12/2018									
Custo											
Equipamentos de informática	20%	-	36		36						
Máquinas e equipamentos	-	2	(2)		-						
Imobilizado em andamento (i)	-	9.147	-		9.147						
Adiantamento a fornecedores (ii)	-	26.606	-		26.606						
Total	<u>-</u>	<u>35.791</u>	<u>(2)</u>		<u>35.789</u>						

(i) Despesas administrativas:	Controladora	Consolidado	
	2018	2017	2018
Refeições e lanches	5	-	19
Materiais de escritório	21	-	31
Despesas com veículos	2	-	15
Conduções e transportes	1	-	4
Aluguéis	123	-	125
Legais e judiciais	7	31	1.231
Multas	8	-	17
Viagens	61	-	149
Despesas diversas	82	-	169
	310	31	1.760

(ii) Serviços de terceiros:	Controladora	Consolidado	
	2018	2017	2018
Honorários advocatícios	172	180	472
Honorários de contabilidade e auditoria	44	-	99
Serviços prestados pessoa física	9	-	10
Serviços prestados pessoa jurídica (a)	668	-	1.752
	893	180	2.333

(a) Refere-se a serviços relacionados à contratação de advogados e consultoria. **17. Outras despesas: Consolidado: 2018:** Baixa imobilizado - 2; Perdas (i) - 401; 403. (i) Valor referente à estoque de matéria-prima e adiantamento de importação contabilizados indevidamente em 2017 na Esmeralda e baixados para perdas em 2018. **18. Resultado financeiro:**

Recitas financeiras	Controladora	Consolidado	
	2018	2017	2018
Rendimento sobre aplicação financeira	105	-	946
Variação cambial	-	-	396
Outras receitas financeiras	1	-	5
	106	-	1.347

Despesas financeiras	Controladora	Consolidado	
	2018	2017	2018
Variação cambial	-	-	(834)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(42)
Juros sobre mútuo	-	-	(176)
Juros diversos	(2)	-	(23)
Outras despesas financeiras	(15)	-	(20)
	(17)	-	(1.095)
Recitas (despesas) financeiras, líquidas	89	-	252

19. Eventos subsequentes: a) Integralização adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC: Em 31/01/2019, foram integralizados ao investimento o valor de R\$ 30.638 referente adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) pago em 2018 (R\$ 15.621) e pago em 2019 (R\$ 4.326), assim como recursos aportados em fevereiro de 2019 no valor de R\$ 10.691 para investida Esmeralda Energias Renováveis S.A. Em 29/04/2019 foram integralizados ao investimento o valor de R\$ 47.317 referente adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) pago em 2018 (R\$ 10.985) e pago em 2019 (R\$ 24.732), assim como recursos aportados em fevereiro de 2019 no valor de R\$ 11.600 para investida OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. **b) Aquisição de investidas:** Em 30/05/2019, foi pago o montante de R\$ 5.387 referente pagamento da 2ª parcela da compra da investida Esmeralda. **c) Contratação de seguros (não auditado):** Em 2019, foi contratado seguro para os riscos de responsabilidade civil pela HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A., com vigência de 2/08/2019 a 2/08/2020, com cobertura total na importância segurada de R\$ 10.000. Em 2019, a Esmeralda efetuou a contratação de seguro para os riscos operacionais com vigência de 17/04/2019 a 17/04/2020, na importância segurada de R\$ 153.382 mil. **20. Compromissos contratados - consolidado:** Em 29/06/2018, a Esmeralda firmou contrato de captação de recursos junto ao BNB, no montante de R\$ 91.379, para financiamento da construção da usina solar fotovoltaica, à taxa de juros de 5,55% a.a. Até 31/12/2018, a investida não recebeu nenhum recurso. Em 15/03/2019 ocorreu a primeira liberação, no valor de R\$ 54.827 e, em 31/05/2019, segunda liberação, no valor de R\$ 13.707, ficando pendente ainda a liberação de R\$ 22.845. O principal da dívida será pago em 216 parcelas mensais a partir de 15/08/2020, com vencimento final em 15/07/2038. Durante o período de carência, fixado em 24 meses, com início em 15/08/2018 e término em 15/07/2020, serão pagos juros em base trimestral. O pagamento de juros terá início em 2019 com a liberação. A Garantia perante o Contrato de Financiamento do BNB é a contratação junto ao Santander do Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças, onde o Santander entra como Fiador da operação, pelo prazo de 2 anos. Após esse prazo a Esmeralda pode optar por substituir a garantia junto ao BNB e rescindir o Contrato com o Santander. Em 14/12/2018, a OH Sobrado firmou contrato de captação de recursos junto ao BNB, no montante de R\$ 106.460, para financiamento da construção da usina solar fotovoltaica, à taxa de juros efetiva de 0,141706% ao mês, além do fator de atualização de atualização monetária FAM composto pela variação do IPCA. Até 31/12/2018, a OH Sobrado não recebeu nenhum recurso. O principal da dívida será pago em 216 parcelas mensais a partir de 15/01/2021, com vencimento final em 15/12/2038. Durante o período de carência, fixado em 24 meses, com início em 14/12/2018 e término em 15/12/2010, serão pagos juros em base trimestral. O pagamento de juros terá início em 2019 com a liberação. A Garantia perante o Contrato de Financiamento do BNB é a contratação junto ao Banco Santander do Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças, onde o Santander entra como Fiador da operação, pelo prazo de 2 anos. Após esse prazo a OH Sobrado pode optar por substituir a garantia junto ao BNB e rescindir o Contrato com o Santander. **Seção D - Políticas contábeis: 21. Resumo das**

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas - **HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. e da HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de

7/02/2012, e estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2/06/2009. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 474 em vigor desde 7/02/2012. Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 30 (trinta) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado. **21.6 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **21.7 Intangível: (a) Direito de uso:** O direito de uso adquirido é demonstrado, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, avaliado com vida útil definida, é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização será calculada pelo método linear para alocar o custo durante sua vida útil estimada de 30 anos, período referente ao prazo de autorização para operação concedido pela ANEEL para as investidas Esmeralda e OH Sobrado. **21.8 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **21.9 Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando (i) o Grupo possui uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **21.10 Capital social:** O capital social da Companhia é composto por ações. **21.11 IR e CS:** A Companhia está registrada no lucro presumido. Dessa forma, o IR é calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% sobre a receita bruta auferida com a venda de energia; acrescida dos rendimentos de aplicações financeiras e as receitas e os ganhos de capital, não decorrentes da atividade operacional da pessoa jurídica, mais adicional de 10% sobre a base de cálculo do imposto ajustada que exceder a R\$ 60.000 trimestrais, perfazendo R\$ 240.000 anuais. A CS é calculada à alíquota de 9% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% mais os acréscimos previstos na forma da legislação vigente. **21.10 Normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **(a) IFRS 16/CPC 06 - Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isonções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma poderá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que o Grupo tem em aberto e ainda está avaliando os possíveis impactos. Esta norma é obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2019. A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá re-presentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas). Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

Contadora: Tatiane C. S. da Freiria - CRC 1SP 302.135/O-2

auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 18 de setembro de 2019

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5

Vinicius Ferreira Britto Rêgo
Contador - CRC 1BA024501/O-9